

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.200 - RS (2019/0211079-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **COTRIJUI - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL - EM LIQUIDAÇÃO**
ADVOGADOS : **MARCELO CARLOS ZAMPIERI - RS038529**
: **LUCIANO DA CAS SIMA E OUTRO(S) - RS054193**
: **RODRIGO VIEGAS - RS060996**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE IJUÍ - RS**
SUSCITADO : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE IJUÍ - RS**
INTERES. : **TIAGO BIGOLIN**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO EM QUE SE PROCESSA A LIQUIDAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE COOPERATIVA E JUÍZO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA EM CONTRAPOSIÇÃO À DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO DE TODAS AS EXECUÇÕES AJUIZADAS CONTRA A SOCIEDADE COOPERATIVA PELO JUÍZO UNIVERSAL DA LIQUIDAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DO CONFLITO INDICADO. PREVALÊNCIA DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL EM QUE SE PROCESSA A LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE COOPERATIVA. RECONHECIMENTO.

DECISÃO

Ao examinar o pedido liminar formulado pela suscitante, o Ministro Presidente desta Corte fez o seguinte relato do caso:

Trata-se de conflito de competência com pedido de liminar suscitado por CONTRIJUI – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL (EM LIQUIDAÇÃO JUDICIAL) em que aponta como suscitados o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Ijuí (RS) e o Juízo da Vara do Trabalho de Ijuí (RS).

Diz ser sociedade cooperativa em liquidação judicial, cujo processo (016/1.18.0000125-6) está em curso no Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ijuí.

Alega que o liquidante judicial, ao apurar o ativo e passivo para posterior pagamento das dívidas em conformidade com a ordem legal, encontrou dificuldades em razão de diversas ordens judiciais oriundas de outros juízos que não o da liquidação, principalmente em demandas de natureza trabalhista, visando à expropriação de bens. Em razão disso, postulou ao Juízo de direito a suspensão das ações e execuções em curso contra a cooperativa, a fim de que fossem concentradas no Juízo universal todas as questões patrimoniais da liquidanda. O pedido foi indeferido.

Interposto o Agravo de Instrumento n. 70076884675 no TJRS (6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul), o relator

Superior Tribunal de Justiça

antecipou os efeitos da tutela recursal para determinar a suspensão das ações propostas contra si e, em embargos de declaração, estendeu os efeitos da referida tutela às controladas pela Cotrijui. Confirmam-se os trechos das seguintes decisões:

Nos termos do artigo 1.019, I, do Código de Processo Civil, ainda que em juízo sumária, compreendo que o indeferimento do pedido de prorrogação da suspensão das execuções prevista no artigo 76 da lei 5.764/71, ainda que injustificada a demora para conclusão do levantamento dos ativos e passivos, é medida que pode causar lesão grave ou de difícil reparação em razão dos inúmeros atos constritivos decorrentes das ações que voltaram a ter andamento normal, o que pode inviabilizar o pagamento dos credores, motivo pelo qual antecipo os efeitos da tutela recursal para determinar a suspensão das ações propostas em face da cooperativa até julgamento do mérito recursal.

Comunique-se o magistrado, solicitando informações acerca do cumprimento ao disposto no artigo 1.018 do Código de Processo Civil.

Intime-se a parte agravada, conforme previsão expressa do artigo 1.019, II, do mesmo diploma processual (fl. 32).

Com razão a parte embargante, os efeitos da tutela concedida devem ser estendidos às controladas da Cotrijui – Cooperativa Agropecuária & Industrial pelos motivos já delineados na decisão embargada.

Diligências legais (fl. 35).

Aduz a suscitante que, em virtude das referidas decisões, nos autos da Reclamação Trabalhista n. 0020277-51.2017.5.04.0601, em curso na Vara do Trabalho de Ijuí, requereu a suspensão da execução, o que foi indeferido (fl. 26).

Indica, assim, a existência de conflito positivo de competência e defende a prevalência da competência do Juízo universal da liquidação judicial com base nos arts. 71 e 76 da Lei n. 5.764/1971 e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Postula liminarmente "seja deferida a tutela provisória de urgência, com fundamento no art. 300 e seguintes, do NCPC, para o fim de determinar a suspensão dos efeitos da decisão proferida pela Vara do Trabalho de Ijuí (RS) no processo nº 0020277-51.2017.5.04.0601, determinando a comunicação desta decisão aos respectivos Juízos, designando-se, provisoriamente, o Juízo da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Ijuí (RS), para as providências urgentes" (fl. 20).

Ao final, requer se reconheça a procedência do presente conflito de competência e a competência do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ijuí com a declaração de invalidade dos atos praticados pelo Juízo trabalhista incompetente.

Por vislumbrar verossimilhança nas alegações da suscitante, S. Exa.

Superior Tribunal de Justiça

deferiu a medida urgente.

Após a juntada das informações pelos juízos suscitados, manifestou-se o Ministério Público Federal no sentido de que seja reconhecida a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Ijuí - RS.

Brevemente relatado, decido.

Tem-se por caracterizado o presente conflito de competência, diante da decisão do Juízo laboral autorizando o prosseguimento da execução trabalhista, sobretudo mediante a possibilidade de atos de constrição do patrimônio da suscitante, que se encontra em liquidação judicial.

Efetivamente, na linha dos precedentes desta Corte de Justiça, que cuidaram especificamente da matéria posta, compete ao juízo universal da insolvência, em que se processa a liquidação de sociedade cooperativa, proceder à reunião e ao julgamento dos créditos advindos de execuções individuais, inclusive de crédito de natureza trabalhista, salvo se designado dia para praça ou leilão, caso em que a remessa será do produto dos bens.

Nesse sentido:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Liquidação judicial. Execução trabalhista.

- Devem ser remetidos ao juízo universal da insolvência, onde tramita a liquidação de sociedade cooperativa, os processos de execução individual, inclusive de crédito de natureza trabalhista, salvo se designado dia para praça ou leilão, caso em que a remessa será do produto dos bens, Art. 71 da Lei 5764/71; art. 762 do CPC.

- Conflito conhecido e declarada a competência do juízo da 4ª Vara Cível de Mogi das Cruzes, São Paulo. (CC 32.687/SP, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Segunda Seção, DJ de 27/8/2001)

LIQUIDAÇÃO JUDICIAL - CONCURSO UNIVERSAL DE CREDORES - SUBMISSÃO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS - NECESSIDADE.

A execução de crédito trabalhista deve ser feita no juízo em que se processa a liquidação de cooperativa, sendo necessária a sua habilitação ao juízo universal. Exegese do art. 23, caput, da Lei de Falência.

Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Mogi das Cruzes-SP, o Suscitante. (CC 28996 / SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Primeira Seção, DJ de 12/6/2000)

Superior Tribunal de Justiça

Na hipótese dos autos, o Juízo laboral determinou o prosseguimento do cumprimento da sentença trabalhista, a despeito da determinação de suspensão dos feitos executivos, exarada pelo relator do agravo de instrumento, em 8 de março de 2018, a caracterizar, a princípio, o conflito ora indicado, com prevalência da competência do Juízo universal em que se processa a liquidação da sociedade cooperativa, nos termos dos precedentes citados.

Em arremate, conheço do presente conflito e declaro a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Ijuí/RS para a prática de quaisquer atos executivos e constritivos referentes à Reclamação Trabalhista n. 0020277-51.2017.5.04.0601, em curso perante o Juízo da Vara do Trabalho de Ijuí/RS.

Dê-se ciência aos Juízos suscitados.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator